



CÂMARA, Maria Élia Mendes Brito (n. 1916)

Nasceu a 23 de fevereiro de 1916, no Funchal. Concluiu o curso do Liceu e era doméstica. Foi eleita para a Assembleia Constituinte na lista do Partido Popular Democrático (PPD) pelo círculo da Madeira. Segundo um depoimento familiar, referia-se ao exercício deste cargo «com orgulho de ter participado numa altura importante para o país». Integrando uma geração que viveu sob uma ditadura, preocupava-a voltar a viver de novo sob regime ditatorial. Voltou a desempenhar mandato como deputada na I Legislatura (1976-1980). Posteriormente, foi também deputada na Assembleia Municipal do Funchal. Maria Élia Câmara participou ativamente em campanhas eleitorais do PSD.

Ana Cabrera e Carla Martins

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Depoimento de Maria Paulina Mendes Brito Câmara Pita da Silva (filha), em 2 de março de 2016.

CAMPOS, António Carlos Ribeiro (n. 1938)



Nasceu em Lageosa, Oliveira do Hospital, em 4 de julho de 1938. Concluiu, em 1959, o curso de regente agrícola na Escola de Regentes Agrícolas de Coimbra, onde ensinava em 1962, quando foi preso e demitido por motivos políticos. Trabalhou como engenheiro técnico agrícola e administrador de empresas. Envolvido nas atividades da oposição desde 1958, foi candidato da Comissão Democrática Eleitoral pelo círculo de Coimbra nas eleições para a Assembleia Nacional de 1969 e 1973, aderiu à Ação Socialista Portuguesa e participou na fundação do PS. A partir do I Congresso Socialista, realizado em dezembro de 1974, António Campos foi um dos membros da Comissão Nacional e da Comissão Diretiva do partido, cuja organização a nível nacional coordenou. Ocupou o terceiro lugar na lista de candidatos socialistas por Coimbra à Assembleia Constituinte, sendo eleito deputado. Nas suas intervenções no hemiciclo, Campos referiu frequentemente os agricultores das áreas de minifúndio do norte e centro do país, cujas más condições de vida permaneciam inalteradas, enquanto os operários urbanos, com maior poder reivindicativo, obtinham grandes aumentos salariais. A subida dos preços daí resultante, tal como uma perspetiva «puramente alentejana» da Reforma Agrária, lesava os interesses dos pequenos proprietários